



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IFPB

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Assistente Social

EDITAL Nº 2 DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

CÓD: SL-0280T-25
7908433284277

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais	9
2. Sequências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal ; Gêneros textuais/ discursivos.....	10
3. Fatores de textualidade: coerência e coesão textuais	12
4. Significação de palavras e expressões no contexto; Relações semânticas entre palavras: sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia e polissemia	13
5. Ortografia oficial conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	15
6. Acentuação gráfica.....	17
7. Emprego da crase	18
8. Pontuação e suas funções no texto	19
9. Concordância nominal e verbal	21
10. Regência nominal e verbal.....	23
11. Classes de palavras: variáveis e invariáveis - usos e adequações.....	25
12. Formação de palavras: derivação e composição.....	34
13. Locuções verbais (perífrases verbais)	35
14. Funções do “que” e do “se”	38
15. Elementos de comunicação (emissor, receptor, mensagem, canal, código e referente)	39
16. Organização sintática do período simples e do período composto por coordenação e subordinação.....	40
17. Relações sintático-semântico-discursivas no processo argumentativo	42
18. Elementos de coesão e função textual dos vocábulos.....	50
19. Variação linguística: norma padrão e usos sociais da linguagem.....	51
20. Colocação pronominal: próclise, ênclise e mesóclise	53

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Princípios fundamentais.....	59
2. Direitos e garantias fundamentais; Direitos sociais, com ênfase no direito à educação	60
3. Da Administração Pública; Dos Servidores Públicos	66
4. Da Ordem Social: Capítulo III –Da Educação, da Cultura e do Desporto.....	72
5. Capítulo IV –Da Ciência e Tecnologia	77
6. Lei Federal nº 8.112/1990.....	78
7. Decreto Federal nº 1.171/1994	103
8. Lei Federal nº 9.394/1996.....	106
9. Lei Federal nº 11.892/2008.....	125
10. Lei Federal nº 11.091/2005.....	130
11. Lei Federal nº 12.527/2011.....	135
12. Decreto Federal nº 7.724/2012	142
13. Lei Federal 13.709/2018	153
14. Lei Federal nº 14.133/2021.....	167
15. Lei Federal nº 9.784/1999.....	181
16. Lei Federal nº 8.429/1992.....	187

Informática

1. Conceitos básicos de Hardware: Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e Periféricos de computadores	201
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	204
3. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e 11 (em português)	205
4. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versão 365 (em português)	231
5. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versão 7 (em português)	240
6. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. Navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome	253
7. Segurança da informação: vírus, phishing, spam, backup, uso de antivírus/firewall, boas práticas, segurança na web. Conceitos básicos de segurança na Internet e malwares	258
8. LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)	264

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. A crise contemporânea e suas transformações na sociedade capitalista	283
2. Estado, sociedade e questão social; estado, política social e questão social	288
3. Política social, cidadania e direitos	292
4. A política da seguridade social no Brasil: concepção, marco legal, gestão, financiamento e controle social	297
5. Política de saúde, política de assistência social e a previdência social	302
6. Saúde e serviço social	313
7. Reforma sanitária e serviço social	317
8. Serviço social e controle social no SUS	322
9. Cotidiano e ética no exercício profissional dos assistentes sociais nos serviços de saúde; aspectos legais e éticos do profissional: o código de ética atual do assistente social	327
10. Políticas de saúde no SUS: política nacional de saúde mental, política nacional sobre drogas, política nacional de promoção da saúde, política nacional de atenção integral à saúde da criança, política nacional de saúde da pessoa idosa, política nacional de saúde da pessoa com deficiência e política nacional para a população em situação de rua	334
11. Configuração recente da política social no Brasil	344
12. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social	348
13. O projeto ético-político do serviço social brasileiro	354
14. Conservadorismo, lutas sociais e serviço social	359
15. Programas e projetos nas instituições públicas	364
16. Política pública de educação: tendências, perspectivas, regulamentação e atuação do assistente social	367
17. Políticas de cotas, ações afirmativas e assistência estudantil	373
18. O trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade	379
19. A dimensão técnico-operativa no serviço social	380
20. Serviço social e prática profissional na atualidade: desafios e possibilidades	384
21. Trajetória histórico-metodológica do serviço social: lógica capitalista e questão social	386
22. As transformações societárias contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho	389

ÍNDICE

23. Pesquisa em serviço social: a dimensão investigativa da profissão	393
24. Dimensões do exercício profissional	395
25. Estado e políticas sociais	399
26. Família e proteção social	402
27. Instituições: noções gerais, conceitos e atuação profissional	404
28. Planejamento social	410
29. A instrumentalidade do serviço social	410
30. Mediação em serviço social	414
31. Serviço social e interdisciplinaridade	417
32. A inserção do serviço social na política de educação	418
33. A elaboração do projeto de trabalho profissional	423
34. O debate teórico-metodológico contemporâneo	424

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: NARRATIVA, DESCRITIVA, ARGUMENTATIVA, EXPLICATIVA, INJUNTIVA E DIALOGAL ; GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Além disso, apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza.

Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

► **Tipo textual descritivo**

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- **Os gêneros descritivos mais comuns são estes:** manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero
(Vinícius de Moraes)

► **Tipo textual injuntivo**

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para predizer acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).
- **Marcas de interlocução:** vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

▪ **Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) Não podem alistar-se eleitores:** os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

► **Tipo textual expositivo**

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

▪ **Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos:** a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

► **Tipo textual dissertativo-argumentativo**

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade,

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; DIREITOS SOCIAIS, COM ÊNFASE NO DIREITO À EDUCAÇÃO

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► **Direito à Vida**

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► **Direito à Liberdade**

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► **Direito à Igualdade**

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► **Direito à Privacidade**

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► **Direito à Honra**

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertencentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► **Direito de Propriedade**

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E
COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE: PLACA MÃE, MEMÓRIAS, PROCESSADORES (CPU) E PERIFÉRICOS DE COMPUTADORES

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.

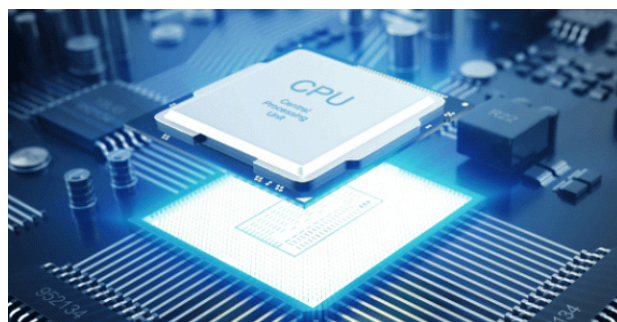


Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de "fila" para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também

os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros

componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

- **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.
- **Barramento de Endereço:** Determina o local de memória a partir do qual os dados devem ser lidos ou para o qual devem ser escritos.
- **Barramento de Controle:** Carrega sinais de controle que dirigem as operações de outros componentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

A CRISE CONTEMPORÂNEA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O CAPITALISMO E SUAS CRISES CÍCLICAS

O capitalismo é um sistema econômico dinâmico, marcado por ciclos de expansão e recessão. Desde sua consolidação como modo de produção dominante, suas crises têm sido recorrentes, afetando diferentes aspectos da vida social, econômica e política.

Neste contexto, compreender as crises cíclicas do capitalismo é fundamental para analisar suas transformações e impactos sobre a sociedade, especialmente para os profissionais do serviço social, que lidam diretamente com as consequências dessas mudanças.

► O Funcionamento do Sistema Capitalista

O capitalismo se baseia na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho assalariado e na busca pelo lucro. Seu funcionamento depende de um ciclo contínuo de produção e consumo, regulado pela concorrência entre os agentes econômicos.

As principais características do sistema capitalista incluem:

- **Acumulação de capital:** o objetivo central das empresas é maximizar seus lucros e expandir seus negócios.
- **Mercado como regulador:** as trocas econômicas são mediadas pelo mercado, onde os preços dos bens e serviços variam conforme oferta e demanda.
- **Trabalho assalariado:** a maior parte da população vende sua força de trabalho em troca de um salário, sendo essa a principal forma de obtenção de renda.
- **Crescimento econômico cíclico:** períodos de prosperidade são seguidos por crises, devido a problemas estruturais inerentes ao sistema.

As crises econômicas, portanto, não são falhas ocasionais do capitalismo, mas um fenômeno recorrente que resulta de suas contradições internas.

► As Crises Cíclicas do Capitalismo

Historicamente, o capitalismo enfrenta crises periódicas que afetam a produção, o emprego e a distribuição de riqueza. Essas crises podem ter diferentes causas e manifestações, mas, em geral, seguem um ciclo típico:

- **Expansão:** período de crescimento econômico, com investimentos elevados, aumento do emprego e alta produção.

- **Superprodução:** o mercado se satura, a oferta de bens e serviços ultrapassa a demanda e os preços começam a cair.
- **Recessão:** empresas reduzem investimentos, demitem trabalhadores e ocorre uma queda na atividade econômica.
- **Depressão:** a crise se agrava, com falências, desemprego em massa e instabilidade social.
- **Recuperação:** novas condições são criadas para restabelecer o crescimento, dando início a um novo ciclo.

Esses ciclos podem ser observados ao longo da história do capitalismo. Desde a Revolução Industrial, diversas crises econômicas abalaram o sistema, levando a mudanças estruturais e a novas formas de organização econômica.

► Exemplos de Crises na História do Capitalismo

Diversas crises marcaram a trajetória do capitalismo, sendo algumas das mais significativas:

- **Crise de 1929:** conhecida como a Grande Depressão, foi uma das mais severas da história. Originada nos Estados Unidos, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York gerou falências em cadeia, desemprego e colapso econômico global. Como resposta, foram criadas políticas intervencionistas, como o New Deal, que fortaleceram o papel do Estado na economia.
- **Crise do Petróleo (1973-1979):** impulsionada pelo aumento abrupto dos preços do petróleo, essa crise provocou estagnação (estagnação econômica combinada com inflação elevada) e afetou profundamente as economias ocidentais, resultando na ascensão do neoliberalismo.
- **Crise Financeira de 2008:** desencadeada pela bolha imobiliária nos Estados Unidos, essa crise revelou os riscos do capitalismo financeiro desregulado. Bancos faliram, governos tiveram que intervir com pacotes de resgate, e milhões de pessoas perderam empregos e moradias.

Cada uma dessas crises levou a transformações no sistema, redefinindo políticas econômicas, relações de trabalho e a organização da sociedade.

► Impactos das Crises no Mundo do Trabalho e na Desigualdade Social

As crises cíclicas do capitalismo afetam diretamente a classe trabalhadora e ampliam as desigualdades sociais. Algumas das principais consequências incluem:

- **Aumento do desemprego:** empresas cortam postos de trabalho para reduzir custos, levando milhões de pessoas à informalidade ou ao desemprego estrutural.
- **Precarização do trabalho:** em períodos de crise, as condições de trabalho se deterioraram, com salários reduzidos, menos direitos e maior exploração da mão de obra.
- **Corte de investimentos sociais:** Estados, pressionados por políticas de austeridade, reduzem investimentos em saúde, educação e assistência social, agravando a vulnerabilidade da população mais pobre.
- **Concentração de riqueza:** enquanto as crises afetam drasticamente os trabalhadores, grandes corporações e elites financeiras frequentemente saem fortalecidas, ampliando a desigualdade econômica.

Os assistentes sociais, que atuam diretamente com populações em situação de vulnerabilidade, percebem os efeitos dessas crises no aumento da pobreza, da fome e da marginalização.

NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

O neoliberalismo é um modelo econômico e político que se consolidou a partir do final do século XX, promovendo a redução do papel do Estado na economia e a ampliação do mercado como principal regulador das relações sociais.

Com o discurso de eficiência e modernização, as políticas neoliberais impactaram diretamente a estrutura social, ampliando desigualdades e precarizando direitos conquistados ao longo do século anterior.

Para o serviço social, compreender as consequências desse modelo é essencial, pois ele influencia diretamente as condições de vida da população e o funcionamento das políticas públicas.

► A Ascensão do Neoliberalismo no Final do Século XX

O neoliberalismo tem suas raízes na crise econômica da década de 1970, quando o modelo keynesiano – baseado na intervenção estatal e no bem-estar social – entrou em colapso diante da estagflação (inflação elevada combinada com crescimento econômico baixo). Nesse contexto, economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek defenderam a necessidade de reduzir a intervenção do Estado, fortalecendo o mercado como principal regulador da economia.

As principais medidas defendidas pelo neoliberalismo incluem:

- Privatização de empresas estatais para transferir serviços públicos à iniciativa privada;
- Desregulamentação da economia, reduzindo restrições ao setor empresarial;
- Cortes em gastos sociais, como educação, saúde e assistência social;
- Flexibilização do mercado de trabalho, enfraquecendo direitos trabalhistas;
- Redução do tamanho do Estado, minimizando seu papel como agente regulador da economia.

A ascensão do neoliberalismo foi impulsionada por líderes políticos como Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, na década de 1980. Nos anos 1990, essas políticas se espalharam pelo mundo, incluindo países da América Latina, sob influência de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

► Privatizações e a Diminuição do Estado de Bem-Estar Social

Uma das marcas do neoliberalismo foi a privatização de serviços públicos essenciais, como energia, telecomunicações, transportes, educação e saúde. O argumento era que o setor privado poderia oferecer serviços mais eficientes e de melhor qualidade do que o Estado. No entanto, na prática, muitas dessas privatizações resultaram em aumento de preços, piora na qualidade dos serviços e exclusão da população mais pobre, que não consegue pagar por serviços essenciais.

Além disso, os governos neoliberais promoveram cortes em investimentos sociais, justificando que a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos deveria ser transferida do Estado para o indivíduo. Como consequência, houve:

- Enfraquecimento da seguridade social, dificultando o acesso a benefícios previdenciários e assistenciais;
- Diminuição de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza, aprofundando desigualdades sociais;
- Mercantilização da educação e da saúde, limitando o acesso a esses direitos fundamentais;
- Aumento da exclusão social, especialmente entre os mais vulneráveis.

No Brasil, a partir da década de 1990, houve uma forte onda de privatizações e reformas neoliberais, resultando na precarização de serviços públicos e na ampliação da pobreza e do desemprego.

► A Precarização das Relações de Trabalho

Outra consequência marcante do neoliberalismo foi a flexibilização das leis trabalhistas, promovida com o discurso de modernização e geração de empregos. No entanto, essa flexibilização resultou na perda de direitos, na informalidade e na instabilidade dos trabalhadores.

As principais mudanças no mundo do trabalho incluem:

- Substituição do emprego formal por contratos temporários e terceirizados;
- Aumento do trabalho informal, sem garantias previdenciárias ou trabalhistas;
- Crescimento da “uberização”, onde trabalhadores atuam como autônomos sem direitos e com ganhos variáveis;
- Desvalorização dos sindicatos e da negociação coletiva, enfraquecendo a luta dos trabalhadores.

Com a globalização e o avanço tecnológico, essas transformações se intensificaram, tornando o trabalho cada vez mais precário e vulnerável.